

ÁREA TEMÁTICA: FINANÇAS

TÍTULO DO TRABALHO ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO NO BANCO DO BRASIL: MITIGANDO RISCOS E MAXIMIZANDO RENTABILIDADE PARA INVESTIDORES CONSERVADORES

Resumo

Este trabalho analisou as principais opções de investimentos oferecidas pelo Banco do Brasil para pessoas jurídicas (PJs), focando em produtos conservadores como CDBs, fundos de renda fixa, LCAs e LCIs. O objetivo foi identificar alternativas que conciliem segurança, liquidez, rentabilidade e alinhamento com práticas ESG, visando uma gestão financeira eficiente para empresas. A justificativa fundamenta-se na necessidade das Pessoas Jurídicas de realizar investimentos seguros em meio a cenários econômicos instáveis, além da crescente demanda por alternativas sustentáveis. A hipótese considera que produtos financeiros conservadores e diversificados não apenas atendem às exigências de proteção do capital, liquidez e retorno estável, mas também oferecem benefícios adicionais ao incorporar critérios ESG, alinhando-se às tendências do mercado e às preocupações socioambientais. Metodologicamente, foram utilizadas revisão bibliográfica e análise documental dos produtos financeiros do Banco do Brasil, complementadas por simulações que consideraram duas estratégias: uma para curto prazo com alta liquidez, e outra para médio prazo, focada em rentabilidade líquida e sustentabilidade. As simulações utilizaram dados atuais de mercado para projetar retornos. Os resultados indicaram que CDBs e fundos de renda fixa combinam segurança, liquidez e rentabilidade superior ao CDI. LCAs e LCIs oferecem vantagens fiscais e opções diversas de liquidez e retorno, com produtos alinhados a critérios ESG, como a LCA Verde. As estratégias sugeridas demonstraram-se eficientes para diferentes perfis, proporcionando preservação do capital, flexibilidade financeira e crescimento gradual, alinhados a objetivos empresariais de curto e médio prazo.

TEMA E CONTEXTO DO ESTUDO:

O trabalho analisa alternativas de investimento conservadoras oferecidas pelo Banco do Brasil a pessoas jurídicas, considerando critérios como segurança, liquidez, rentabilidade e alinhamento com práticas ESG. Inserido em um cenário de instabilidade econômica e crescente demanda por investimentos sustentáveis, o estudo busca identificar estratégias eficientes de gestão financeira empresarial que conciliem preservação de capital com responsabilidade socioambiental.

OBJETIVO DA PESQUISA:

O objetivo deste estudo é analisar as opções de investimentos conservadores oferecidas pelo Banco do Brasil para pessoas jurídicas, com foco na conciliação entre segurança, liquidez, rentabilidade e práticas

alinhadas a critérios ESG, a fim de propor estratégias financeiras que promovam uma gestão empresarial eficiente, estável e socialmente responsável.

METODOLOGIA UTILIZADA:

A pesquisa adotou uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de natureza exploratória-descritiva, com procedimento bibliográfico e levantamento (*survey*). Foram analisadas modalidades conservadoras de investimento do Banco do Brasil (LCI, LCA, CDBs e fundos de renda fixa) quanto à rentabilidade, liquidez, risco e aderência ao perfil conservador. A análise considerou também cenários de liquidez e alinhamento com critérios ESG, por meio de simulações baseadas em dados reais de mercado, permitindo avaliar a adequação das aplicações aos objetivos financeiros de curto e médio prazo.

PRINCIPAIS RESULTADOS:

A análise comparativa das principais aplicações financeiras oferecidas pelo Banco do Brasil para pessoas jurídicas com perfil conservador demonstrou que CDBs, fundos de renda fixa e LCAs/LCIs são alternativas eficazes por combinarem segurança, liquidez e previsibilidade. O CDB DI destaca-se por sua simplicidade e rentabilidade alinhada à Taxa DI, sendo ideal para liquidez diária. O CDB Prefixado se mostrou apropriado para planejamento de médio prazo, por oferecer retorno previamente definido. Os fundos de renda fixa, como o BB Renda Fixa LP Crédito Privado, apresentaram boa performance com baixa volatilidade e diversificação de ativos. Já as LCAs e LCIs despontaram por suas vantagens fiscais e adequação a diferentes estratégias, como no caso da LCA Verde, que incorpora práticas sustentáveis. A combinação desses produtos permite às empresas conservadoras uma gestão eficiente do capital, com foco em preservação de recursos, retorno gradual e flexibilidade operacional — especialmente relevante em contextos de instabilidade econômica.

CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES:

O estudo concluiu que produtos financeiros conservadores como CDBs, LCAs, LCIs e fundos de renda fixa oferecidos pelo Banco do Brasil são eficazes para atender às necessidades de pessoas jurídicas com perfil de risco mais cauteloso, sobretudo em contextos de instabilidade econômica. Ao integrar práticas sustentáveis — especialmente em produtos como a LCA Verde — essas aplicações revelam-se compatíveis não apenas com objetivos financeiros empresariais, mas também com demandas socioambientais contemporâneas.

Do ponto de vista teórico, o trabalho contribui ao ampliar a compreensão sobre como produtos de baixo risco podem incorporar critérios ESG, alinhando finanças corporativas à sustentabilidade. Em termos práticos, a pesquisa oferece subsídios concretos para gestores empresariais que buscam alternativas seguras e responsáveis para a gestão de caixa. No campo social, incentiva o fortalecimento de uma cultura empresarial comprometida com a sustentabilidade, ao evidenciar que segurança financeira e responsabilidade socioambiental podem caminhar juntas na tomada de decisão dos investimentos corporativos.

Palavras-chave: Renda fixa; liquidez; diversificação; perfil conservador; tributação.

INTRODUÇÃO

O desafio de uma carteira de investimentos cada vez mais rentável é sempre constante. Seja pelas oportunidades do mercado ou pelo dinamismo da economia, a geração de recursos através da alocação de ativos no mercado financeiro é complexa, e são muitas as variáveis que podem influenciar a performance destes. Da microeconomia à macroeconomia, fatores como a variação de preços, taxa de desemprego, renda, crescimento econômico do país ou até mesmo o resultado positivo/negativo de grandes empresas podem impactar o desempenho de uma carteira. Estes fatores combinados são denominados riscos sistemáticos, com potencial de afetarem quaisquer componentes do sistema financeiro de um ou mais países, tendo como principais características sua imprevisibilidade e irredutibilidade (REIS, 2018).

Antagônicos, riscos não-sistemáticos (ou idiossincráticos), são originados de eventos como o dinamismo do preço internacional do petróleo e surtos de gripe aviária, e têm potencial de afetarem apenas investimentos específicos, sem grandes reflexos em ativos de múltiplos setores da economia ou no sistema financeiro em sua totalidade (MAIS RETORNO, 2020). Por essa característica, são também conhecidos como riscos diversificáveis. Seus impactos sobre o ganho líquido podem ser mitigados ou até eliminados por meio da distribuição de recursos entre diferentes tipos de ativos, setores e composições de carteira.

É nesse contexto que surge a questão: como estruturar a diversificação da carteira de investimentos de um investidor conservador obtendo um retorno satisfatório? Este trabalho tem como objetivo apresentar opções de aplicação para a composição de uma carteira de investimentos diversificada e adequada ao perfil conservador, utilizando produtos financeiros oferecidos pelo Banco do Brasil, de forma a equilibrar risco e retorno, otimizar a rentabilidade e garantir liquidez para diferentes prazos de investimento.

Para alcançar o objetivo central deste estudo, será fundamental conduzir uma análise abrangente das opções de investimento oferecidas pelo Banco do Brasil para perfis conservadores, examinando criteriosamente quatro pilares essenciais: rentabilidade potencial, grau de liquidez, mecanismos de segurança e implicações tributárias. Paralelamente, a pesquisa investigará o papel estratégico da diversificação na redução efetiva de riscos e no aprimoramento dos retornos ajustados, explorando como diferentes classes de ativos podem ser combinadas de forma sinérgica para promover estabilidade patrimonial. Como culminância desse processo, será elaborada uma estratégia de alocação de recursos multifacetada, capaz de atender simultaneamente a necessidades imediatas (como reserva de emergência), metas intermediárias e objetivos de longo prazo, sempre preservando os princípios de

conservadorismo que norteiam este trabalho e garantindo plena aderência ao perfil de risco do investidor.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seleção de investimentos para pessoas jurídicas com perfil conservador requer análise criteriosa das opções disponíveis, priorizando segurança e preservação de capital. Instituições como o Banco do Brasil oferecem produtos alinhados a esse perfil, como os CDBs, que oferecem rentabilidade previsível e são garantidos pelo FGC (XP Research, 2024).

2.1 Perfil Conservador

Investidores com perfil conservador caracterizam-se pela aversão ao risco, preferência por estabilidade e baixa tolerância à volatilidade do mercado, geralmente associada a horizontes de investimento mais curtos (C6, 2024). Buscam previsibilidade, mesmo que isso implique retornos mais modestos, o que torna os produtos de renda fixa — como CDBs, fundos conservadores e títulos públicos — suas principais escolhas.

2.2 Diversificação da Carteira de Investimentos

Diversificação da carteira de investimentos é uma estratégia que consiste na alocação de recursos entre diferentes ativos, produtos e mercados (TIME NOMAD, 2025), visando mitigar riscos específicos e reduzir o impacto negativo de eventuais perdas. Conforme a ANBIMA (2023), essa abordagem permite que resultados insatisfatórios de determinados investimentos sejam compensados pelo desempenho positivo de outros, promovendo maior estabilidade.

2.3 riscos sistemático e não-sistemático

Segundo Damodaran (2020), os riscos de investimentos podem ser classificados em sistemáticos e não-sistemáticos. Os riscos sistemáticos são inerentes ao mercado como um todo, como crises econômicas ou instabilidades políticas, e não podem ser eliminados por meio de diversificação. Já os riscos não-sistemáticos são específicos de determinados ativos ou setores, como má gestão ou problemas operacionais, e podem ser reduzidos através uma adequada diversificação da carteira de investimentos. Essa adequação pode variar de acordo com o perfil de investidor, no entanto, conforme a Anbima (2023), estudos empíricos indicam que pode ser alcançada com uma carteira contendo entre 10 e 30 ativos, sendo que portfólios de até 10 opções selecionadas estrategicamente já proporcionam uma redução significativa do risco não-sistemático. Acima de 30 ativos, a diversificação atinge seu limite prático, eliminando quase totalmente o risco diversificável.

2.4 Fundo Garantidor de Créditos

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) é uma entidade privada sem fins lucrativos que protege investidores e depositantes em caso de falência ou intervenção de instituições financeiras. Garante valores aplicados em produtos como CDBs, LCIs, LCAs e poupança, até o limite de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ por instituição, e R\$ 1 milhão no total, a cada quatro anos (FGC, 2025). Além de ressarcir os investidores, o FGC atua preventivamente para preservar a estabilidade do sistema financeiro, evitando crises sistêmicas e fortalecendo a confiança no mercado bancário.

2.5 Tributação e Taxas sobre Rendimentos

No Brasil, os principais tributos que incidem sobre aplicações financeiras são o IOF e o IRRF, ambos com impacto direto na rentabilidade líquida dos investimentos. Em 2025, mudanças significativas foram anunciadas: a Medida Provisória nº 1.303 estabeleceu uma alíquota única de 17,5% de IR sobre rendimentos de aplicações financeiras e 5% para investimentos antes isentos, como LCIs e LCAs, com vigência a partir de 2026.

2.5.1 Imposto sobre Operações Financeiras

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) é um tributo federal que incide sobre operações de crédito, câmbio, seguro e sobre aplicações financeiras, especialmente de renda fixa (BRASIL, 2007). No âmbito do mercado financeiro, possui uma função regulatória clara: desestimular a rotatividade excessiva de capital em aplicações de curtíssimo prazo (RIBEIRO, [2025]). A estrutura da cobrança do IOF é baseada em uma alíquota regressiva, que varia conforme o número de dias entre a data da aplicação e do resgate (BRASIL, 2007). Estão sujeitas à cobrança do IOF aplicações como CDBs, RDBs, Tesouro Direto e fundos de renda fixa ou DI. Por outro lado, não há incidência de IOF sobre aplicações como LCI, LCA, CRI, CRA, fundos de ações, previdência privada (PGBL e VGBL) e ações negociadas em bolsa (BRASIL, 2007).

2.5.2 Imposto de Renda

Com incidência direta na rentabilidade, o imposto de renda (IR) sobre aplicações financeiras é definido de acordo com o tempo que os recursos permanecem investidos e o tipo de produto financeiro em que foram alocados, sendo descontado sempre que um resgate é realizado, seja ele total ou parcial. Para renda fixa, como CDBs, o tributo tem alíquotas regressivas, de 22,5% a 15% para alocações de até 180 dias ou com mais de 720 não resgatadas, respectivamente, enquanto LCAs e LCIs são isentas (Brasil, s.d.). Já os fundos de investimento possuem particularidades na cobrança do IR, com duas modalidades principais de tributação: sobre as movimentações e sobre o patrimônio ainda investido (come-cotas). A primeira modalidade segue as mesmas regras da cobrança de IR para CDBs, por exemplo. Já a segunda, tem recorrência semestral (ANBIMA, 2023), e corresponde a uma antecipação do IR sobre os rendimentos obtidos, mas que ainda não tiveram seus valores principais resgatados (EQUIPE EMPIRICUS, 2025).

2.5.3 Taxa Administrativas

As taxas administrativas de investimentos, que podem atingir até 2% ao ano, somadas à taxa de performance (cobrança de até 20% sobre os ganhos que superam o benchmark) (CASTRO, 2019), representam um fator determinante na rentabilidade líquida do investidor.

2.6 Certificado de Depósito Bancário

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um título de renda fixa emitido por bancos para captar recursos, funcionando como um empréstimo do investidor à instituição financeira em troca de remuneração. Sua rentabilidade pode ser prefixada, pós-fixada (geralmente atrelada ao certificado de depósito bancário) ou híbrida (como IPCA + taxa fixa), e conta com a garantia do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) em casos de insolvência bancária, assegurando até R\$ 250 mil por CNPJ (NETO, 2018).

Sua versatilidade, ao permitir diferentes formas de rentabilidade, garante opções compatíveis com diversos perfis e objetivos financeiros. No entanto, é essencial que o investidor avalie a liquidez do título antes da aplicação, garantindo que suas necessidades de resgate estejam alinhadas com as características do investimento.

2.7 Fundos de Investimento

Os fundos de investimento são aglomerados que reúnem recursos de diversos investidores para aplicação em uma carteira diversificada de ativos, permitindo acesso a diferentes classes de investimento com gestão profissional. Entre as diversas categorias existentes, destacam-se os fundos de baixo risco (conservadores), que priorizam a preservação de capital e oferecem menor volatilidade, sendo compostos principalmente por títulos de renda fixa como Tesouro Direto, CDBs e debêntures (NETO, 2018). Esses fundos são particularmente atraentes para investidores conservadores ou com objetivos financeiros de curto prazo, como formação de reserva de emergência.

2.8 Letra de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito do Agronegócio

As Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras com o objetivo de financiar os setores imobiliário e agropecuário, respectivamente, ambos garantidos pelo FGC. Elas são isentas de Imposto de Renda, não possuem taxa de administração e não estão sujeitas a qualquer outro tipo de tributação sobre seus rendimentos (BANCO DO BRASIL, s.d.).

Considerados de baixo risco e com rendimentos interessantes, LCI e LCA são ideais para investidores conservadores. Contudo, é importante destacar que tanto a LCI quanto a LCA possuem um prazo de carência de 190 dias, durante o qual não é possível realizar resgates, mesmo que o produto ofereça a possibilidade de saque antes do vencimento final da aplicação. Todavia, também se mostram adequadas para quem busca liquidez, já que permitem resgates a qualquer momento após o término desse período.

As Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA) se consolidam como alternativas sólidas para investidores que buscam segurança, previsibilidade e benefícios fiscais.

3. Metodologia

Este estudo adotou se desenvolveu estruturando-se como uma pesquisa exploratória- descritiva, de natureza levantamental (survey). De acordo com Vergara (2022), é adequado quando o objetivo é proporcionar uma visão inicial e abrangente sobre um tema ainda pouco investigado ou que necessita de maior delimitação.

Para isso, foram analisadas algumas das principais opções de investimento oferecidas pelo Banco do Brasil, identificando aquelas que têm ou não características em conformidade à tolerância ao risco almejada por investidores com perfil conservador.

A estratégia da pesquisa tem natureza tanto quantitativa quanto qualitativa, e foi realizada a partir dos dados específicos (rentabilidade, aderência ao perfil do investidor, liquidez e risco) de modalidades de investimento tais como LCI, LCA, CDB e fundos de investimento e seus produtos (CDB DI, CDB Prefixado, BB Renda Fixa LP Crédito Privado, BB Renda Fixa Longo Prazo High FIC FIF Resp Lim, LCA Pós-Fixada, LCA Pós-Fixada sem Resgate, LCA Verde, LCA Prefixada).

O procedimento metodológico utilizado é do tipo bibliográfico, que, em conformidade com a definição de Lakatos e Marconi (2017), caracteriza-se como "aquele realizado a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos como livros, artigos, teses, etc.". Este tipo de investigação permite o levantamento e análise do conhecimento já produzido sobre o tema, servindo como base para novas reflexões e contribuições acadêmicas.

4. Análise e Discussão dos Resultados

O estudo analisou os principais produtos financeiros oferecidos pelo Banco do Brasil para Pessoa Jurídica nas classes mais fundamentais de ativos de baixo risco, examinando de forma criteriosa aspectos fundamentais como rentabilidade, liquidez, garantias e implicações tributárias.

3.1 Produtos Financeiros

Dentre as classes analisadas, sua grande maioria tem como índice de referência o CDI (Certificado de Depósito Interbancário), amplamente reconhecido como um benchmark seguro por refletir de forma fidedigna as condições de liquidez no mercado interbancário, além de ser parâmetro objetivo para avaliação de diferentes alternativas de investimento.

Esta abordagem permitiu uma análise abrangente das características de cada modalidade de investimento, possibilitando a identificação das alternativas mais adequadas às necessidades específicas do perfil, considerando seu alto nível de aversão ao risco e conformidade com objetivos financeiros de curto, médio e longo prazo. A comparação sistemática entre os diferentes produtos oferece subsídios valiosos para a construção de uma carteira diversificada que alinhe segurança e retorno dentro dos parâmetros estabelecidos pelo perfil conservador.

3.1.1 CDB

O Banco do Brasil oferece às empresas o Certificado de Depósito Bancário DI (CDB DI), um título de renda fixa pós-fixado que acompanha a variação da Taxa DI (DI Over). Diferentemente dos CDBs convencionais que pagam 100% do CDI.

Em adição, o BB também oferece a opção CDB Prefixado, com rentabilidade atrelada ao prazo do investimento e à taxa de juros estabelecida no ato da contratação. Embora o Banco do Brasil não divulgue publicamente todos os prazos disponíveis, é comum encontrar opções com vencimentos que variam de 30 dias a até 5 anos (1.800 dias) (Research XP, 2024).

3.1.2 Fundos de Investimento

Conforme Banco do Brasil (s.d.), atualmente mais de 100 opções de fundos de investimento são ofertadas pelo banco, onde, dentre eles, 22 do tipo renda fixa. Esses fundos costumam alocar até 80% de seus recursos em títulos públicos, como o Tesouro Direto, ou em títulos privados de alta qualidade, como CDBs de instituições financeiras sólidas, o que contribui para maior estabilidade e preservação do capital investido (XP, 2023). O BB Renda Fixa Longo Prazo High FIC FIF Resp Lim surge como outra alternativa interessante, sendo caracteristicamente similar ao fundo anterior, porém com a desvantagem de uma rentabilidade estimada menor para 2025 (104,91% do CDI). Em contra partida, oferece volatilidade ligeiramente inferior – aspecto particularmente relevante para investidores conservadores, que devem almejar a menor possível, conforme destacado pela B3 (2023). Essa menor oscilação proporciona ainda mais estabilidade e proteção do capital contra flutuações do mercado.

3.1.3 LCI e LCA

Dentre as opções de LCA, a pós-fixada com resgate se destaca para PJs que valorizam uma liquidez moderada, mesmo que tenham rentabilidade um pouco menor (90-95% do CDI). Essa opção é ideal para empresas que desejam manter alocações sem liquidez diária ou a necessidade de aguardar grandes períodos de tempo, com acesso em prazos mais curtos (mínimo de 190 dias, conforme carência) para eventuais necessidades de caixa.

A LCA Verde combina segurança com impacto socioambiental, sendo uma opção para PJs alinhadas a princípios ESG. Sua rentabilidade varia (pós ou prefixada), mas geralmente acompanha as LCAs tradicionais, e não conta com a possibilidade de resgates antecipados. O prazo máximo de alocação é 360 dias. Por fim, a LCA Prefixada é a escolha para PJs que buscam previsibilidade absoluta, com taxa fixa e com índice de referência definido no momento da aplicação (ex.: CDI). No entanto, ela só se consolida como uma opção vantajosa em caso de expectativa de queda dos juros, pois, em cenários de alta da Selic, por exemplo, o investimento fica estagnado em rentabilidades menores. Além disso, a falta de liquidez (até 1080 dias) exige planejamento financeiro rigoroso já que os recursos só ficam disponíveis no vencimento.

3.2 ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO

Foram desenvolvidas duas abordagens distintas para aplicação de recursos, cada uma atendendo a objetivos financeiros específicos. A primeira estratégia é voltada para empresas que buscam preservar o capital com máxima segurança e garantir liquidez para honrar seus compromissos operacionais do dia a dia. . Essa estratégia atende com eficiência empresas que demandam agilidade e previsibilidade no uso do capital, ao mesmo tempo em que se beneficiam de aplicações com boa rentabilidade e segurança.

Foi realizada a simulação, no valor de R\$ 1 milhão, conforme os percentuais de alocação sugeridos, com taxa DI anual de 14,65% para todos os produtos desta primeira estratégia. No CDI, a rentabilidade utilizada foi de 91% do CDI (média entre as opções oferecidas pelo BB) e prazo de 15 dias; na LCA Pós-Fixada com Resgate, rentabilidade de 92,5% (média entre as opções oferecidas pelo BB) do CDI e prazo de 190 dias; para o Fundo BB Renda Fixa LP Crédito, rentabilidade de 113,51% do CDI (projeção para 2025) e prazo de 365 dias; e para a LCI Pós-Fixada, rentabilidade de 100% do CDI (mínima esperada para opções com liquidez menor) e prazo de 1080 dias. O rendimento total líquido foi de 102.211,58 reais.

A segunda estratégia tem como foco o médio prazo, com horizonte de até 3 anos aproximadamente, buscando maximizar o retorno líquido após tributos e, ao mesmo tempo, alinhar os investimentos a princípios de sustentabilidade (ESG). A alocação proposta é composta por produtos que oferecem vantagens fiscais e baixo risco, além de incentivar o financiamento de iniciativas socioambientais. A carteira é dividida da seguinte forma: 15% em CDB Pré-fixado, que garante uma taxa conhecida no momento da aplicação, proporcionando previsibilidade; 25% em LCA Verde, isenta de Imposto de Renda e voltada ao financiamento sustentável, atrelada ao CDI; 35% em um fundo de renda fixa de longo prazo com histórico de baixa volatilidade e rentabilidade acima do CDI; e 25% em LCI Pós-fixada, ideal para horizontes mais longos.

O montante de R\$ 1 milhão e taxa DI de 14,65% também foram utilizados para composição dos resultados projetados desta segunda estratégia. No CDB Pré-fixado com rentabilidade de 100% e investimento por 6 meses; LCA Verde, 100% por 360 dias; BB RF Longo Prazo High FIC, 104,91% por 721 dias; e LCI Pós-Fixada, de 100% por 1080 dias. O rendimento total líquido foi de 272.850,74 reais.

Essa combinação traz várias vantagens. A isenção de IR nas LCAs beneficia as empresas, melhorando o retorno líquido. A diversificação entre pré e pós-fixados ajuda a mitigar riscos de variação nos juros. Já o Fundo de Renda Fixa Longo Prazo oferece estabilidade e liquidez mais planejada. A LCA Verde, além de fiscalmente eficiente, está alinhada a políticas de responsabilidade socioambiental, algo cada vez mais valorizado por empresas comprometidas com práticas ESG. No entanto, é fundamental que essa estratégia seja adotada em conjunto com uma reserva de caixa em aplicações com liquidez diária como o próprio CDB DI, para garantir os pagamentos operacionais da empresa, já que os produtos sugeridos possuem prazos sugeridos mais longos.

A estratégia conservadora mostra-se ideal para gestão de caixa e necessidades imediatas, com a vantagem da garantia do FGC em boa parte dos investimentos (menos no fundo sugerido). Já a abordagem de médio prazo oferece benefícios adicionais, como alinhamento com práticas ESG e eficiência tributária, sendo mais adequada para empresas com planejamento financeiro de 1 ano ou mais. Estas estratégias foram cuidadosamente estruturadas para oferecer às empresas opções claras de alocação de recursos, podendo ser adaptadas conforme os objetivos específicos de cada organização. A simulação com R\$ 1 milhão em cada abordagem permitiu ainda visualizar concretamente os potenciais retornos de acordo com os prazos de cada alternativa.

5. CONCLUSÃO E CONTRIBUIÇÕES

Analisando comparativamente as principais aplicações financeiras do Banco do Brasil para PJ demonstra-se que CDBs, fundos de renda fixa e LCAs/LCIs são alternativas adequadas para investidores conservadores, priorizando segurança, liquidez e previsibilidade. O CDB DI destaca-se por sua simplicidade e alinhamento com a Taxa DI, enquanto o CDB Prefixado oferece retorno definido, ideal para planejamento financeiro de médio prazo. Já os fundos de renda fixa, como o BB Renda Fixa LP Crédito Privado, combinam diversificação e baixa volatilidade com exposição majoritária a títulos públicos e privados de alta qualidade. Por fim, as LCAs e LCIIs apresentam variações que atendem a diferentes necessidades de liquidez e rentabilidade, sendo especialmente vantajosas para empresas que buscam alinhar investimentos a estratégias de sustentabilidade (no caso da LCA Verde) ou previsibilidade de fluxo (na Prefixada).

Em síntese, a escolha entre essas opções deve considerar o horizonte de investimento e necessidade de liquidez, sempre avaliando a rentabilidade líquida após tributação e outros descontos, como taxas administrativas. Para PJs conservadoras, a combinação desses produtos pode garantir proteção do capital, crescimento gradual e flexibilidade operacional, alinhando-se a objetivos financeiros de curto e médio prazo com mínimo exposição a volatilidade.

Referências Bibliográficas

ANBIMA. Fundos de Investimento. São Paulo: ANBIMA, 2023. Disponível em:

<https://www.anbima.com.br/data/files/A9/07/AD/29/66A568103B6B3568B82BA2A8/CP A-10-Cap5.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

ANBIMA. Material de estudos 5 da certificação CPA-10. São Paulo: ANBIMA, 2023. Disponível em: <https://materiais.anbima.com.br/material-estudos/cpa10/sistema-financeiro>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BANCO DO BRASIL. BB Renda Fixa LP Crédito Privado. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://bb.com.br/uci/informe-mensal.html?gfi=1419&tipo=pf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BANCO DO BRASIL. BB Renda Fixa Longo Prazo High FIC FIF Resp Lim. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://bb.com.br/uci/informe-mensal.html?gfi=1320&tipo=pf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BANCO DO BRASIL. CDB. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://www.bb.com.br/site/investimentos/cdb/?gad_source=1&gad_campaignid=19688917575&gbraid=0AAAAACzpU1etOsdPUGZuPyfdRQoieFI7&gclid=CjwKCAjwr5_CBhBIEiwAzfwYul9W8bYdXEaH6GYVviDpCB0qNOBqkYtQuw_vnWihDZPTIDF3tUlyzhoCkfUQAv_D_BwE. Acesso em: 6 jun. 2025.

BANCO DO BRASIL. Fundos de Investimento. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://bb.com.br/uci/fundos.html>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BANCO DO BRASIL. LCA. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/investimentos/lca/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BANCO DO BRASIL. LCI. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://www.bb.com.br/site/investimentos/lci/?gad_source=1&gad_campaignid=19688917575&gbraid=0AAAAACzpU1fFJJhZj52ZghHMTKinj_bU3&gclid=Cj0KCQjwgIXCBhDBARIsAELC9ZhrjcJLkIZP8UreFWPiOdKqaHm6xAlSxyidIlxIQYVf6DsvC7Dst3kaAuBdEALw_wcB. Acesso em: 6 jun. 2025.

BOZZA, Stéfano. Taxa de administração e performance: é justo este tipo de cobrança?. Mais Retorno, 2022. Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/taxa-de-administracao-e-performance-e-justo-este-tipo-de-cobranca>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007. Regulamenta a tributação do IOF incidente sobre operações de crédito, câmbio, seguro e relativas a títulos ou valores mobiliários. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6306.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966. Institui o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5143.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999. Altera a legislação do Imposto sobre a Renda, relativamente à tributação dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jan. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9779.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004. Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais, institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11033.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a tributação da renda obtida por pessoas físicas residentes no Brasil em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior; e sobre a tributação dos fundos de investimento no País. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2023. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14754.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

C6 BANK. Perfil conservador: conheça 3 tipos de investimento desse tipo de carteira. Blog C6 Bank, 2024. Disponível em: <https://www.c6bank.com.br/blog/perfil-conservador>. Acesso em: 18 maio 2025.

DAMODARAN, Aswath. Finanças Corporativas: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

EQUIPE EMPIRICUS. Come-cotas: o que é, como funciona e como essa cobrança sobre fundos é feita. Empiricus, 2023. Disponível em: <https://www.empiricus.com.br/explica/come-cotas/>. Acesso em: 14 maio 2025

EQUIPE MAIS RETORNO. Risco não-sistemático. Portal Mais Retorno, 2020. Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/termos/r/risco-nao-sistematico>. Acesso em: 14 maio 2025.

FGC. Sobre garantia FGC. ©2025. Disponível em: <https://www.fgc.org.br/sobre-garantia-fgc>. Acesso em: 1 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2019.

JUNIOR, Altamiro Silva. Nubank alcança posto de terceiro maior banco do país em número de clientes. Finanças Mais, Estadão, 27 jan. 2025. Disponível em: <https://publicacoes.estadao.com.br/financasmais/nubank-alcanca-posto-de-terceiro-maior-banco-do-pais-em-numero-de-clientes/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Monique. Quais impostos considerar na hora de investir em ações e renda fixa?. Forbes Money, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/07/quais-impostos-considerar-na-hora-de-investir-em-acoes-e-renda-fixa/>.

Acesso em: 1 jun. 2025.

NETO, Alexandre Assaf. Mercado financeiro. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

REDAÇÃO B3 BORA INVESTIR. Perfil Conservador: O que é, significado e definição. Glossário B3, 2024. Disponível em: <https://borainvestir.b3.com.br/glossario/perfil-conservador/>. Acesso em: 3 maio 2025.

REIS, Thiago. Risco sistemático e não-sistemático: entenda a diferença entre eles. 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/risco-sistematico-e-nao-sistematico/>. Acesso em: 18 maio 2025.

RESEARCH XP. CDB: o que é e como investir nesse título de renda fixa?. São Paulo: Reserch XP, 2024. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/cdb/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

RESEARCH XP. Conheça investimentos seguros que rendem bem. São Paulo: Reserch XP, 2024. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/investimentos-seguros-que-rendem-bem/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

RIBEIRO, Rodrigo. IOF: Imposto sobre Operações Financeiras – guia completo para empresas. [S.I.], [2023]. Disponível em: <https://shre.ink/eHJv>. Acesso em: 1 jun. 2025.

TIME NOMAD. Diversificar investimentos: por que é importante e como começar. Nomad Global, 2025. Disponível em: <https://www.nomadglobal.com/portal/artigos/como-diversificar-investimentos>. Acesso em: 13 maio 2025.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016

36º ENANGRAD